

*Ass. Constituinte*  
**Jorge Amado integrará  
comissão que vai fazer  
esboço da Constituição**

*JORNAL DO BRASIL*

*X*

*Amo*

**Brasília** — O escritor Jorge Amado foi convidado pelo Ministro da Justiça, Fernando Lyra, para integrar a comissão que irá elaborar, sob a presidência do jurista Afonso Arinos, o esboço de anteprojeto de reforma constitucional. Essa foi a única "surpresa" anunciada por Lyra em relação aos integrantes da comissão. "Os demais nomes", disse o Ministro, "são basicamente os mesmos que vêm sendo divulgados pela imprensa."

*12 JUL 1965*  
Toda a assessoria do ministro trabalhou no dia de ontem, voltada para a confirmação definitiva dos nomes convidados a participar na comissão. No final da tarde, o ex-Deputado Rafael de Almeida Magalhães, cujo nome freqüenta todas as listas de integrantes do grupo, esteve no Ministério e conversou longamente com Lyra. Magalhães, no entanto, recusou-se a confirmar se fora convocado. Mas admitiu: "Se isso ocorrer, aceitarei com muita honra".

Pela manhã, o Ministro da Justiça esteve com o Presidente José Sarney no Palácio do Planalto, para submeter à sua apreciação a minuta do decreto que instituirá a comissão. Hoje, Fernando Lyra levará o decreto para Sarney assinar. Segundo ele, o ato só não foi assinado ontem porque se estudava uma fórmula que o apresentasse ao público sem os nomes dos componentes da comissão, para evitar mudanças e desistências posteriores.

A solução encontrada foi a de dividir o ato em três partes, das quais somente duas — a exposição de motivos e o decreto criando a comissão (citando apenas o nome de Afonso Arinos, seu presidente) — seriam assinadas por Sarney. A indicação dos nomes ficaria a cargo do Ministério da Justiça. Amanhã cedo, antes de viajar para Belo Horizonte, onde falará numa das sessões do congresso da — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, Lyra anunciará oficialmente a assinatura do decreto e a relação dos nomes que comporão a comissão constitucional.

## **Faoro diz que grupo não representa povo.**

**Belo Horizonte** — "A comissão é evidentemente um anacronismo. Ela é absolutamente ilegítima", afirmou o jurista Raymundo Faoro, referindo-se ao grupo que está sendo formado pelo Governo Federal para elaborar um projeto de Constituição. Segundo ele, "se persistir este esquema montado, que é profundamente conservador, não teremos uma constituição democrática".

— Da maneira como foi convocada — disse Faoro — a Constituinte não representará a maioria do povo brasileiro. O cálculo é simples, basta fazer uma operação aritmética para se comprovar. Funcionando dentro do Congresso Nacional, que sofreu quatro operações cirúrgicas durante a Revolução exatamente para não ser representativo, ela também não o será. O voto do mineiro, do paulista, do carioca (os Estados industrializados) valem um vigésimo ou um décimo de um voto do Nordeste ou do Centro-Oeste.

Faoro proferiu ontem a conferência "Constituinte e corpo político", na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ele acusou a comissão formada pelo Governo de levar para o Congresso "a palavra do Presidente da República, do Governo Federal".

Para ser representativa, segundo o jurista, a Constituição deveria se originar no povo, "sem intermediação do Congresso ou do Governo e o voto do constituinte deveria ter o mesmo peso em qualquer ponto do território nacional". Há que dispensar os tutores, que não são só os militares, mas também os interesses do poder central, lembrou.